

EXTRATO

O Conselho Superior do Ministério Público, no uso de suas atribuições legais e em cumprimento ao artigo 2º, da Resolução nº 173/2017-CNMP, torna público as decisões proferidas pelo Conselho Superior na Sessão Ordinária do dia **17 de novembro de 2017**, às **09 horas**, a saber:

**a) Comunicações (Arquivamento de processos administrativos na origem)
Fundamento Legal: Resolução n.º 173/2017-CNMP**

1. Procedimento Administrativo n.º 021/2016. SIMP 00367-272/2017.
1ª Promotoria de Justiça de Pinheiro – MA.
Decisão: Deferido pelo Conselho Superior
2. Ofícios n.º 276, 277, 278, 290 e 291.
Promotoria de Justiça de Senador La Rocque.
Arquivamento dos Pas 74/2017; PA 36/2017; PA 40/2017; PA 82/2017 e PA 30/2017.
SIMP: 486-002/2016; 74-002/2015; 106-002/2015; 661-002/2016 E 474-002/2015
Decisão: Deferido pelo Conselho Superior
3. Procedimento Administrativo n.º 04/2017.
1ª Promotoria de Justiça de Açailândia – MA.
Decisão: Deferido pelo Conselho Superior
4. Ofício n.º 200/2017.
Promotoria de Justiça de Anajatuba.
Arquivamento do PA 12/2016;
Decisão: Deferido pelo Conselho Superior
5. Ofícios n.º 687 a 692/2017
5ª Promotoria de Justiça Especializada de Imperatriz
Arquivamento dos PAs 37/2015; PA 42/2015; PA 34/2015; PA 20/2016 e PA 33/2015.
Decisão: Deferido pelo Conselho Superior
6. Ofício n.º 296/2017
Promotoria de Justiça de São Bernardo
Arquivamento dos PAs 13/2016 e PA 09/2017.
Decisão: Deferido pelo Conselho Superior
7. Processo 15499/2017
Promotoria de Justiça de Itinga
Arquivamento do PA 10/2016
Decisão: Deferido pelo Conselho Superior
8. Processo 15615/2017
Promotoria de Justiça de São Bento
Arquivamento do PA 48/2017
Decisão: Deferido pelo Conselho Superior
9. Processo 15856/2017
Promotoria de Justiça de Loreto
Arquivamento dos PAs 22/2016 e 57/2016
Decisão: Deferido pelo Conselho Superior

10. Processo 15900/2017
2ª Promotoria de Justiça de Sta Luzia do Paruá
Arquivamento do PA 00489-056-2015
Decisão: Deferido pelo Conselho Superior
- b) Prorrogação de Prazo de Inquérito Civil e Proc. Administrativo (1 ano)**
11. **Proc. 14947/2017** (IC 04/2015)
Promotoria de Justiça de São Bento
Data: 19.10.2017
Decisão: Deferido pelo Conselho Superior
12. **Proc. 14949/2017** (IC 03/2015)
Promotoria de Justiça de São Bento
Data: 19.10.2017
Decisão: Deferido pelo Conselho Superior
13. **Proc. 14951/2017** (IC 12/2015)
Promotoria de Justiça de São Bento
Data: 19.10.2017
Decisão: Deferido pelo Conselho Superior
14. **Proc. 14971/2017** (IC 51/2015)
Promotoria de Justiça de Pio XII
Data: 25.10.2017
Decisão: Deferido pelo Conselho Superior
15. **Proc. 15034/2017** (PA 36/2016)
Promotoria de Justiça de São Bento
Data: 25.10.2017
Decisão: Deferido pelo Conselho Superior
16. **Proc. 15035/2017** (IC 652-266/2016)
1ª Promotoria de Justiça de Viana
Data: 25.10.2017
Decisão: Deferido pelo Conselho Superior
17. **Proc. 15140/2017** (IC 73/2016)
8ª PJ Especializada Meio-ambiente
Data: 24.10.2017
Decisão: Deferido pelo Conselho Superior
18. **Proc. 15141/2017** (IC 64/2015)
8ª PJ Especializada Meio-ambiente
Data: 24.10.2017
Decisão: Deferido pelo Conselho Superior
19. **Proc. 15143/2017** (IC 03/2016)
Promotoria de Justiça de Buriti Bravo
Data: 15.09.2017
Decisão: Deferido pelo Conselho Superior



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

20. **Proc. 15145/2017** (IC 08/2014)
Promotoria de Justiça de Humberto de Campos
Data: 23.10.2017
Decisão: Deferido pelo Conselho Superior
21. **Proc. 15146/2017** (IC 09/2016)
Promotoria de Justiça de Parnarama
Data: 16.10.2017
Decisão: Deferido pelo Conselho Superior
22. **Proc. 15147/2017** (IC 03/2013, por mais 6 meses)
32ª Promotoria de Justiça Especializada da Capital
Data: 30.10.2017
Decisão: Deferido pelo Conselho Superior
23. **Proc. 15274/2017** (IC 12/2015)
Promotoria de Justiça de Monção
Data: 30.10.2017
Decisão: Deferido pelo Conselho Superior
24. **Proc. 15275/2017** (IC 28/2016)
Promotoria de Justiça de Monção
Data: 30.10.2017
Decisão: Deferido pelo Conselho Superior
25. **Proc. 15276/2017** (IC 05/2015)
Promotoria de Justiça de Monção
Data: 30.10.2017
Decisão: Deferido pelo Conselho Superior
26. **Proc. 15282/2017** (IC 12/2016)
Promotoria de Justiça de Anajatuba
Data: 30.10.2017
Decisão: Deferido pelo Conselho Superior
27. **Proc. 15283/2017** (IC 15/2016)
Promotoria de Justiça de Anajatuba
Data: 30.10.2017
Decisão: Deferido pelo Conselho Superior
28. **Proc. 15430/2017** (IC 35/2015)
1ª Promotoria de Justiça de Sta Inês
Data: 30.10.2017
Decisão: Deferido pelo Conselho Superior
29. **Proc. 15431/2017** (IC 29/2015)
1ª Promotoria de Justiça de Sta Inês
Data: 30.10.2017
Decisão: Deferido pelo Conselho Superior
30. **Proc. 15467/2017** (IC 07/2016)
Promotoria de Justiça de Parnarama
Data: 30.10.2017
Decisão: Deferido pelo Conselho Superior

M

31. **Proc. 15469/2017** (IC 01, 02 e 03/2014)
3ª Promotoria de Justiça de Pedreiras
Data: 30.10.2017
Decisão: Deferido pelo Conselho Superior
32. **Proc. 15492/2017** (IC 48/2015)
1ª Promotoria de Justiça de Açailândia
Data: 06.11.2017
Decisão: Deferido pelo Conselho Superior
33. **Proc. 15493/2017** (IC 49/2015)
1ª Promotoria de Justiça de Açailândia
Data: 06.11.2017
Decisão: Deferido pelo Conselho Superior
34. **Proc. 15494/2017** (IC 50/2015)
1ª Promotoria de Justiça de Açailândia
Data: 06.11.2017
Decisão: Deferido pelo Conselho Superior
35. **Proc. 15495/2017** (IC 51/2015)
1ª Promotoria de Justiça de Açailândia
Data: 06.11.2017
Decisão: Deferido pelo Conselho Superior
36. **Proc. 15496/2017** (IC 52/2015)
1ª Promotoria de Justiça de Açailândia
Data: 06.11.2017
Decisão: Deferido pelo Conselho Superior
37. **Proc. 15497/2017** (IC 54/2015)
1ª Promotoria de Justiça de Açailândia
Data: 06.11.2017
Decisão: Deferido pelo Conselho Superior
38. **Proc. 15529/2017** (IC 23 e 24/2015)
15ª Promotoria de Justiça Especializada São Luís
Data: 25.10.2017
Decisão: Deferido pelo Conselho Superior
39. **Proc. 15531/2017** (IC 01/2015)
1ª Promotoria de Justiça de Paço do Lumiar
Data: 26.10.2017
Decisão: Deferido pelo Conselho Superior
40. **Proc. 15532/2017** (IC 14/2016)
Promotoria de Justiça de Anajatuba
Data: 26.10.2017
Decisão: Deferido pelo Conselho Superior
41. **Proc. 15533/2017** (PA 020/2016)
Promotoria de Justiça de Anajatuba
Data: 26.10.2017
Decisão: Deferido pelo Conselho Superior

- 42. Proc. 15534/2017** (IC 010/2015)
32ª Promotoria de Justiça Especializada de São Luís
Data: 30.10.2017
Decisão: Deferido pelo Conselho Superior
- 43. Proc. 15535/2017** (PA 31/2015)
Promotoria de Justiça de Anajatuba
Data: 26.10.2017
Decisão: Deferido pelo Conselho Superior
- 44. Proc. 15536/2017** (PA 03/2015)
Promotoria de Justiça de Anajatuba
Data: 26.10.2017
Decisão: Deferido pelo Conselho Superior
- 45. Proc. 15539/2017** (PA 082016)
Promotoria de Justiça de Anajatuba
Data: 26.10.2017
Decisão: Deferido pelo Conselho Superior
- 46. Proc. 15546/2017** (IC 13/2015)
Promotoria de Justiça de Anajatuba
Data: 26.10.2017
Decisão: Deferido pelo Conselho Superior
- 47. Proc. 15139/2017** (SIMP 00621-266/2016)
1ª Promotoria de Justiça de Viana
Data: 31.10.2017
Decisão: Deferido pelo Conselho Superior
- 48. Proc. 15470/2017** (IC 04/2016)
Promotoria de Justiça de Joselândia
Data: 01.11.2017
Decisão: Deferido pelo Conselho Superior
- 49. Proc. 15472/2017** (IC 46/2015)
1ª Promotoria de Justiça de Açailândia
Data: 06.11.2017
Decisão: Deferido pelo Conselho Superior
- 50. Proc. 15552/2017** (IC 226/2015)
7ª PJ Especializada Meio-ambiente
Data: 07.11.2017
Decisão: Deferido pelo Conselho Superior
- 51. Proc. 15596/2017** (IC 01/2011)
Promotoria de Justiça de Timbiras
Data: 07.11.2017
Decisão: Deferido pelo Conselho Superior
- 52. Proc. 15598/2017** (IC 02/2013)
Promotoria de Justiça de Timbiras
Data: 07.11.2017
Decisão: Deferido pelo Conselho Superior

53. **Proc. 15599/2017** (IC 02/2011)
Promotoria de Justiça de Timbiras
Data: 07.11.2017
Decisão: Deferido pelo Conselho Superior

54. **Proc. 15600/2017** (IC 03/2013)
Promotoria de Justiça de Timbiras
Data: 07.11.2017
Decisão: Deferido pelo Conselho Superior

55. **Proc. 15601/2017** (IC 06/2015)
Promotoria de Justiça de São Bento
Data: 07.11.2017
Decisão: Deferido pelo Conselho Superior

56. **Proc. 15622/2017** (IC 11/2015)
Promotoria de Justiça de São Bento
Data: 07.11.2017
Decisão: Deferido pelo Conselho Superior

57. **Proc. 15623/2017** (IC 01/2016)
Promotoria de Justiça de São Bento
Data: 07.11.2017
Decisão: Deferido pelo Conselho Superior

58. **Proc. 15699/2017** (IC 43/2015)
1ª Promotoria de Justiça de Açailândia
Data: 08.11.2017
Decisão: Deferido pelo Conselho Superior

59. **Proc. 15733/2017** (Relação de Inquéritos e Pas)
Pedidos de Prorrogação
Promotoria de Justiça de São Pedro D'água Branca
Data: 08.11.2017
Decisão: Deferido pelo Conselho Superior

60. **Proc. 15790/2017** (IC 262/2016)
7ª PJ Especializada Meio-ambiente
Data: 07.11.2017
Decisão: Deferido pelo Conselho Superior

61. **Proc. 15791/2017** (IC 206/2014)
7ª PJ Especializada Meio-ambiente
Data: 07.11.2017
Decisão: Deferido pelo Conselho Superior

62. **Proc. 15906/2017** (PA 01/2013)
Promotoria de Justiça de Pedreiras
Data: 09.11.2017
Decisão: Deferido pelo Conselho Superior

63. **Proc. 15987/2017** (IC 08/2016)
Promotoria de Justiça de Parnarama
Data: 13.11.2017
Decisão: Deferido pelo Conselho Superior



64. **Proc. 16007/2017** (IC 07/2016)
1ª Promotoria de Justiça de Caxias
Data: 13.11.2017
Decisão: Deferido pelo Conselho Superior
65. **Proc. 16008/2017** (IC 08/2016)
Promotoria de Justiça de Joselândia
Data: 13.11.2017
Decisão: Deferido pelo Conselho Superior
66. **Proc. 16009/2017** (PA 03/2016)
Promotoria de Justiça de Pio XII
Data: 13.11.2017
Decisão: Deferido pelo Conselho Superior
67. **Proc. 16010/2017** (PA 04/2015)
Promotoria de Justiça de Pio XII
Data: 13.11.2017
Decisão: Deferido pelo Conselho Superior
68. **Proc. 16011/2017** (Relação de PAs)
Promotoria de Justiça de Buriticupu
Data: 13.11.2017
Decisão: Deferido pelo Conselho Superior
69. **Proc. 16012/2017** (Relação de Inquéritos Cíveis)
Promotoria de Justiça de Buriticupu
Data: 13.11.2017
Decisão: Deferido pelo Conselho Superior
- c) **Relatórios Trimestrais (Outubro/2017)**
70. **Proc. 15017/2017**
CAOP- Saúde
Decisão: Apreciado pelo Conselho Superior
71. **Proc. 15144/2017**
Promotoria de Justiça de São Domingos do MA
Decisão: Apreciado pelo Conselho Superior
72. **Proc. 15173/2017**
Promotoria de Justiça de Sucupira do Norte
Decisão: Apreciado pelo Conselho Superior
73. **Proc. 15216/2017**
Promotoria de Justiça de Cururupu
Decisão: Apreciado pelo Conselho Superior
74. **Proc. 15290/2017**
Promotoria de Justiça de Cantanhede
Decisão: Apreciado pelo Conselho Superior

d) Relatórios de Acompanhamento de Mestrado

75. Proc. 15407/2017

Ilma de Paiva Pereira

Decisão: Apreciado pelo Conselho Superior

76. Proc. 16048/2017

Cláudio Alberto Gabriel Guimarães

Decisão: Apreciado pelo Conselho Superior

ORDEM DO DIA:

a) RELATÓRIOS DE ACOMPANHAMENTO DE ESTÁGIO (CORREGEDORIA)

1. Proc. nº 14091AD/2016

Origem: Corregedoria Geral do Ministério Público

Interessado(a): Felipe Boghossian Soares da Rocha

Período: 01/08/2016 a 31/08/2017

Decisão: Apreciado o relatório. Conceiro adquirido pelo Promotor de Justiça:
Excelente.

2. Proc. nº 14102AD/2016

Origem: Corregedoria Geral do Ministério Público

Interessado(a): Frederico Bianchini Joviano dos Santos

Período: 18/08/2016 a 31/08/2017

Decisão: Apreciado o relatório. Conceiro adquirido pelo Promotor de Justiça:
Excelente.

b) EDITAIS DE REMOÇÃO (CORREGEDORIA)

3. Proc. nº 14977/2017. Edital nº 8/2017. Critério: Antiguidade. 33ª Promotoria de Justiça Criminal da Ilha de São Luís (Execução Penal). Promotores de Justiça Inscritos: 1) Fátima Maria Souza Arôso Mendes, 91º; 2) Carlos César Silva Lindoso, 95º; 3) Marco Aurélio Ramos Fonseca, 105º.

Decisão: Removida, por unanimidade, a Promotora de Justiça Fátima Maria Souza Arôso Mendes.

4. Proc. nº 14978/2017. Edital nº 9/2017. Critério: Antiguidade. **18ª Promotoria de Justiça Criminal / 2º Promotor de Investigação Criminal da Comarca de São Luís.** Promotores de Justiça Inscritos: 1) Orfileno Bezerra Neto, 2º; 2) Maria de Fátima de Santana Borges, 34º; 3) Lena Cláudia Ripardo Pauxis, 50º; 4) Marinete Ferreira Silva Avelar, 55º; 5) Carlos Henrique Rodrigues Vieira, 59º; 6) Moema Figueiredo Viana Pereira, 66º; 7) Márcia Haydée Porto de Carvalho, 76º; 8) Christiane de Maria Ericeira Silva, 80º; 9) Alineide Martins Rabelo Costa, 81º; 10) Rosanna Conceição Gonçalves, 82º; 11) Marco Aurélio Cordeiro Rodrigues, 85º; 12) Fátima Maria Souza Arôso Mendes, 91º; 13) Cláudio José Sodré, 94º; 14) Carlos César Silva Lindoso, 95º; 15) Lana Cristina Barros Pessoa, 98º; 16) Sidneya Madalena Miranda Nazareth Liberato, 99º; 17) Norimar Gomes Nascimento Campos, 100º; 18) Marco Aurélio Ramos Fonseca, 105º.

Decisão: Removido, por unanimidade, o Promotor de Justiça Orfileno Bezerra Neto.

5. Proc. nº 14979/2017. Edital nº 10/2017. Critério: Antiguidade. **18ª Promotoria de Justiça Criminal / 3º Promotor de Investigação Criminal da Comarca de São Luís.** Promotores de Justiça Inscritos: 1) Orfileno Bezerra Neto, 2º; 2) Maria de Fátima Santana Borges, 34º; 3) Lena Cláudia Ripardo Pauxis, 50º; 4) Marinete Ferreira Silva Avelar, 55º; 5)

Carlos Henrique Rodrigues Vieira, 59º; 6) Moema Figueiredo Viana Pereira, 66º; 7) Márcia Haydée Porto de Carvalho, 76º; 8) Christiane de Maria Ericeira Silva, 80º; 9) Alineide Martins Rabelo Costa, 81º; 10) Rosanna Conceição Gonçalves, 82º; 11) Marco Aurélio Cordeiro Rodrigues, 85º; 12) Fátima Maria Souza Arôso Mendes, 91º; 13) Cláudio José Sodré, 94º; 14) Carlos César Silva Lindoso, 95º; 15) Lana Cristina Barros Pessoa, 98º; 16) Sidneya Madalena Miranda Nazareth Liberato, 99º; 17) Norimar Gomes Nascimento Campos, 100º; 18) Marco Aurélio Ramos Fonseca, 105º.

Decisão: Removida, por unanimidade, a Promotora de Justiça Maria de Fátima Santana Borges.

6. Proc. nº 14984/2017. Edital nº 11/2017. Critério: Antiguidade. **18ª Promotoria de Justiça Criminal / 4º Promotor de Investigação Criminal da Comarca de São Luís.** Promotores de Justiça Inscritos: 1) Orfileno Bezerra Neto, 2º; 2) Maria de Fátima de Santana Borges, 34º; 3) Lena Cláudia Ripardo Pauxis, 50º; 4) Marinete Ferreira Silva Avelar, 55º; 5) Carlos Henrique Rodrigues Vieira, 59º; 6) Moema Figueiredo Viana Pereira, 66º; 7) Márcia Haydée Porto de Carvalho, 76º; 8) Christiane de Maria Ericeira Silva, 80º; 9) Alineide Martins Rabelo Costa, 81º; 10) Rosanna Conceição Gonçalves, 82º; 11) Marco Aurélio Cordeiro Rodrigues, 85º; 12) Fátima Maria Souza Arôso Mendes, 91º; 13) Cláudio José Sodré, 94º; 14) Carlos César Silva Lindoso, 95º; 15) Lana Cristina Barros Pessoa, 98º; 16) Sidneya Madalena Miranda Nazareth Liberato, 99º; 17) Norimar Gomes Nascimento Campos, 100º; 18) Cássius Guimarães Chai, 102º; 19) Marco Aurélio Ramos Fonseca, 105º. Decisão: Removida, por unanimidade, a Promotora de Justiça Lena Cláudia Ripardo Pauxis.

7. Proc. nº 14981/2017. Edital nº 12/2017. Critério: Antiguidade. **18ª Promotoria de Justiça Criminal / 5º Promotor de Investigação Criminal da Comarca de São Luís.** Promotores de Justiça Inscritos: 1) Maria de Fátima de Santana Borges, 34º; 2) Lena Cláudia Ripardo Pauxis, 50º; 3) Marinete Ferreira Silva Avelar, 55º; 4) Carlos Henrique Rodrigues Vieira, 59º; 5) Moema Figueiredo Viana Pereira, 66º; 6) Márcia Haydée Porto de Carvalho, 76º; 7) Christiane de Maria Ericeira Silva, 80º; 8) Alineide Martins Rabelo Costa, 81º; 9) Rosanna Conceição Gonçalves, 82º; 10) Marco Aurélio Cordeiro Rodrigues, 85º; 11) Fátima Maria Souza Arôso Mendes, 91º; 12) Cláudio José Sodré, 94º; 13) Carlos César Silva Lindoso, 95º; 14) Lana Cristina Barros Pessoa, 98º; 15) Sidneya Madalena Miranda Nazareth Liberato, 99º; 16) Norimar Gomes Nascimento Campos, 100º; 17) Cássius Guimarães Chai, 102º; 18) Marco Aurélio Ramos Fonseca, 105º. Decisão: Removida, por unanimidade, a Promotora de Justiça Marinete Ferreira Silva Avelar.

8. Proc. nº 14988/2017. Edital nº 13/2017. Critério: Antiguidade. **32ª Promotoria de Justiça Especializada / 7º Promotor da Infância e Juventude da Comarca de São Luís.** Promotores de Justiça Inscritos: 1) Eliane da Costa Ribeiro Azor, 9º; 2) Fátima Maria Souza Arôso Mendes, 91º; 3) Cláudio José Sodré, 94º; 4) Carlos César Silva Lindoso, 95º; 5) Sidneya Madalena Miranda Nazareth Liberato, 99º; 6) Norimar Gomes Nascimento Campos; 100º; 7) Marco Aurélio Ramos Fonseca, 105º. Decisão: Removida, por unanimidade, a Promotora de Justiça Eliane da Costa Ribeiro Azor.

b) PROCESSOS PARA JULGAMENTO

CONSELHEIRO Luiz Gonzaga Martins Coelho

1. Proc. nº 019509-500/2017

Origem: PJ de Magalhães de Almeida

Interessado(a): Elano Aragão Pereira

Objeto: Apurar denúncia de utilização de meio de comunicação para promoção pessoal do ex-prefeito do município

Assunto: Arquivamento do IC nº 10/2016

Decisão: Homologado arquivamento, por unanimidade.

Ementa: Inquérito Civil nº 10/2016 nº SIMP 019509-500/2017. Instauração inicial como Inquérito Civil mediante representação apresentada através do Procedimento Administrativo nº 1022AD/2014 e protocolada junto à Procuradoria-Geral de Justiça pelo Sr. Pedro Leonel Pinto de Carvalho, o qual, aduz a utilização de meio de comunicação para promoção pessoal a cargo do ex-Prefeito municipal de Magalhães de Almeida, o Sr. João Cândido Carvalho Neto, mediante a utilização de recursos públicos. Requisição de informações à representada através de Ofício à Prefeitura Municipal do Município de Magalhães de Almeida e ao jornal de grande circulação. Resposta através de Ofício pelo jornal que vinculou a notícia e pelo ente municipal. Promoção de Arquivamento. Remessa dos Autos ao CSMP. Homologação de Arquivamento. Enunciado nº 04/2004.

2. Proc. nº 000130-509/2016

Origem: 7ª PJE de Defesa do Meio Ambiente

Interessado(a): Luís Fernando Cabral Barreto Júnior

Objeto: Apurar a situação de abandono do mercado modelo do Monte Castelo e consequentemente danos à comunidade

Assunto: Arquivamento do IC nº 007/2017 – IC nº 256/2016

Decisão: Homologado arquivamento, por unanimidade.

Ementa: Inquérito Civil nº 256/2016 nº SIMP 000130-509/2016. Instauração inicial após o recebimento de representação oriunda da Ouvidoria do Ministério Público do Estado do Maranhão, visando apurar a situação de abandono do Mercado Modelo do Monte Castelo e consequentes danos à comunidade. Solicitação de informações encaminhadas por Ofícios. Resposta por parte da Secretaria Municipal de Urbanismo e Habitação – SEMURH e Secretaria de Estado das Cidades. Termo de Ajustamento de Conduta. Promoção de Arquivamento. Remessa dos Autos ao CSMP. Homologação de Arquivamento. Enunciado nº 04/2004.

3. Proc. nº 15624/2017 (Digidoc)

Origem: 30ª PJE da Capital x 9ª PJ Cível da Capital

Interessado(a): Moema Figueiredo Viana Pereira e Lena Cláudia Ripardo Pauxis

Objeto: Remoção voluntária por permuta

Decisão: Aprovado o pedido de permuta pelo Conselho Superior

CONSELHEIRA: Domingas de Jesus Froz Gomes

4. Proc. nº 9325AD/2015

Origem: Corregedoria Geral do Ministério Público

Assunto: Relatório Conclusivo de Vitaliciamento

Promotor de Justiça: Xilon de Souza Júnior

Decisão: Homologado, por unanimidade, o vitaliciamento na carreira do Ministério Público do Promotor de Justiça Xilon de Souza Júnior.

5. Proc. nº 9302AD/2015

Origem: Corregedoria Geral do Ministério Público

Assunto: Relatório Conclusivo de Vitaliciamento

Promotor de Justiça: Tiago Carvalho Rohrr

Decisão: Homologado, por unanimidade, o vitaliciamento na carreira do Ministério Público do Promotor de Justiça Tiago Carvalho Rohrr.

6. Proc. nº 001760-254/2015

Origem: 1ª PJ de Caxias

Interessado(a): Francisco de Assis da Silva Júnior
Objeto: Apurar suposta prática de nepotismo que teria gerado enriquecimento sem causa do ex-gestor de Aldeias Altas
Assunto: Arquivamento do IC nº 024/2014
Decisão: Homologado arquivamento, por unanimidade.
Ementa: Inquérito civil nº 024/2014 instaurado para apuração de suposta prática de nepotismo que teria gerado enriquecimento sem causa do gestor da prefeitura de Aldeias Altas/MA. Membro do Ministério Público instruiu o feito com todas as medidas cabíveis. Ausência de lastro probatório mínimo a ensejar ação de improbidade. Inexistência de razões fáticas e jurídicas que justifiquem o prosseguimento do inquérito civil. Arquivamento homologado.

7. Proc. nº 001098-008/2016

Origem: PJ de Pindaré Mirim
Interessado(a): Cláudio Borges dos Santos
Objeto: Apurar a aplicação dos recursos arrecadados por meio das taxas de iluminação pública na prestação de serviços a população do município
Assunto: Arquivamento do PP nº 07/2016
Decisão: Homologado arquivamento, por unanimidade.
Ementa: Procedimento preparatório instaurado para apurar possíveis falhas na iluminação pública e não aplicação dos recursos provenientes da contribuição de iluminação pública – CIP, no município de Pindaré-Mirim. Após diligências, constatou-se ausência de irregularidades. Ausência de justa causa à propositura de ação de improbidade. Arquivamento homologado.

8. Proc. nº 029988-500/2017

Origem: PJ de São João dos Patos
Interessado(a): Renato Ighor Viturino Aragão
Objeto: Apurar mudança de finalidade do centro de atendimento do idoso de Sucupira do Riachão
Assunto: Arquivamento do IC nº 18/2016
Decisão: Homologado arquivamento, por unanimidade.
Ementa: Inquérito civil instaurado para apuração de possíveis práticas de atos de improbidade administrativa na mudança de finalidade do Centro de Convivência do Idoso. Ausência de irregularidades. Inexistência de prejuízos ao erário. Arquivamento homologado, nos moldes do art. 9º, §1º, da lei nº 7347/85, bem como art. 17 da resolução n.º 02/2004 – CPMP.

9. Proc. nº 012510-500/2015 – 2 v

Origem: 25ª PJE de Controle Externo da Atividade Policial
Interessado(a): José Cláudio Almada Lima Cabral Marques
Objeto: Apurar possível prática de ato de improbidade administrativa por autoridade policial da Delegacia de Proteção da Criança e do Adolescente
Assunto: Arquivamento do IC nº 12/2016
Decisão: Homologado arquivamento, por unanimidade.
Ementa: Inquérito civil para apurar extenso lapso temporal na conclusão de diversos inquéritos policiais da delegacia de proteção à criança e ao adolescente. Escassez de recursos humanos. Termo de ajustamento de conduta firmado. Inexistência de dolo. Não configuração de ato de improbidade administrativa. Ausência de interesse de agir na propositura de ação civil pública. Promoção de arquivamento.

CONSELHEIRO: Francisco das Chagas Barros de Sousa

10. Proc. nº 9321AD/2015

Origem: Corregedoria Geral do Ministério Público

Assunto: Relatório Conclusivo de Vitaliciamento
Promotor de Justiça: Raphaell Bruno Aragão Pereira de Oliveira
Decisão: Homologado, por unanimidade, o vitaliciamento na carreira do Ministério Público do Promotor de Justiça Raphaell Bruno Aragão Pereira de Oliveira.

11. Proc. nº 030505-500/2017

Origem: PJ de São João dos Patos
Interessado(a): Renato Ighor Viturino Aragão
Objeto: Apurar possível irregularidade na remoção de servidoras da UPA
Assunto: Arquivamento do IC nº 44/2017
Decisão: Homologado arquivamento, por unanimidade.
Ementa: Procedimento administrativo. Inquérito civil. Apurar possível irregularidade na remoção das servidoras da UPA, Francinalva da Costa Silva e Mafra Sá Souza. Ausência de ato de improbidade administrativa. Manifestação pela homologação do arquivamento. Inteligência art. 9º da lei nº. 7.347/1985 c/c art. 13, § 1º da resolução nº. 10/2009 do colégio de procuradores de justiça do estado do maranhão.

12. Proc. nº 001442-507/2017

Origem: 1ª PJ de Paço do Lumiar
Interessado(a): Gabriela Brandão da Costa Tavernard
Objeto: Apurar notícias de irregularidade no portal de transparência da Câmara de Vereadores do município
Assunto: Arquivamento do IC nº 06/2017
Decisão: Decidido, por unanimidade, pela conversão do feito em diligência, para acompanhamento e cumprimento do TAC, nos termos do voto do conselheiro relator, alterado em banca.

13. Proc. nº 001232-265/2016

Origem: 2ª PJ de Zé Doca
Interessado(a): Isabelle de Carvalho Fernandes Saraiva
Objeto: Apurar denúncia de abuso sexual contra menor
Assunto: Arquivamento do PA nº 046/2015
Decisão: Homologado arquivamento, por unanimidade.
Ementa: Procedimento administrativo – Denúncia de estupro de vulnerável perpetrado pelo padrasto da vítima – Sentença condenatória – Processo pendente de julgamento em grau de apelação - Esgotamento das atribuições do órgão ministerial de primeira instância – Homologação de arquivamento.

14. Proc. nº 017036-500/2016

Origem: 24ª PJE de Controle Externo da Atividade Policial
Interessado(a): Cláudio Alberto Gabriel Guimarães
Objeto: Apurar suposta conduta de improbidade administrativa em razão da falta de fiscalização dos órgãos que detém de polícia no terminal rodoviário de São Luís
Assunto: Arquivamento do IC nº 02/2016
Decisão: Homologado arquivamento, por unanimidade.
Ementa: Inquérito civil – Apuração de ilegalidades e irregularidades nas dependências do Terminal Rodoviário de São Luís – Diligências ministeriais confirmando os fatos – Ajuizamento de ação civil pública - Perda de objeto – Homologação de arquivamento.

15. Proc. nº 001765-254/2015

Origem: 1ª PJ de Caxias
Interessado(a): Francisco de Assis da Silva Júnior



Objeto: Apurar suposta prática de improbidade administrativa cometida no descumprimento de decisão judicial por parte do gestor e ex-gestores de Aldeias Altas

Assunto: Arquivamento do IC nº 021/2014

Decisão: Homologado arquivamento, por unanimidade.

Ementa: Procedimento administrativo. Inquérito civil. Apurar suposta prática de improbidade administrativa cometida pelo descumprimento de decisão judicial por parte do prefeito e ex-prefeito de Aldeias Altas/MA, noticiada pelo Sindicato dos Trabalhadores Públicos Municipais. Ausência de ato de improbidade administrativa. Dolo ou má-fé não configurados. Cientificação dos interessados. Manifestação pela homologação do arquivamento. Inteligência art. 9º da Lei nº 7.347/1985 C/C art. 13, § 1º da Resolução nº 10/2009 do Colégio de Procuradores de Justiça do Estado do Maranhão.

CONSELHEIRO: Joaquim Henrique de Carvalho Lobato

16. Proc. nº 011818-500/2015

Origem: PJ de Parnarama

Interessado(a): Nelson Nedes Ribeiro Guimarães

Objeto: Apurar indícios de descumprimento pelo município do dever de implementar o sistema de descarte de esgoto adequado

Assunto: Arquivamento do NF nº 01/2015

Decisão: Homologado arquivamento, por unanimidade.

Ementa: Notícia de Fato nº 001/2015– PJP, Objetivo: Apurar descumprimento do dever de implemento de sistema de descarte de esgoto adequado atribuído ao Município de Parnarama. Objetivo do Procedimento alcançado. Desnecessário o prosseguimento do procedimento. Perda do Objeto. Promoção de Arquivamento. Homologação pelo CSMP/MA.

CONSELHEIRA: Sandra Lúcia Mendes Alves Elouf

17. Proc. nº 11373AD/2015

Origem: Corregedoria Geral do Ministério Público

Assunto: Relatório Conclusivo de Vitaliciamento

Promotor de Justiça: Tiago Quintanilha Nogueira

Decisão: Homologado, por unanimidade, o vitaliciamento na carreira do Ministério Público do Promotor de Justiça Tiago Quintanilha Nogueira.

18. Proc. nº 11405AD/2015

Origem: Corregedoria Geral do Ministério Público

Assunto: Relatório Conclusivo de Vitaliciamento

Promotor de Justiça: Márcio Antônio Alves de Oliveira

Decisão: Homologado, por unanimidade, o vitaliciamento na carreira do Ministério Público do Promotor de Justiça Márcio Antonio Alves de Oliveira.

19. Proc. nº 022965-500/2017 – 2 v

Origem: PJ de São Domingos do Azeitão

Interessado(a): Laécio Ramos do Vale

Objeto: Apurar possível irregularidades referentes ao Convênio nº 16/2012 - DEINT firmado pelo município de Benedito Leite e o Estado do Maranhão para pavimentação de vias públicas

Assunto: Arquivamento do IC nº 10/2016

Decisão: Homologado arquivamento, por unanimidade.

Ementa: Representação formulada pelo Município de Benedito Leite, objetivando apurar possíveis irregularidades referentes ao Convênio nº. 16/2012 – DEINT,

firmado pelo ente municipal, representado pelo então prefeito, Sr. Raimundo Coelho Júnior, com o Estado do Maranhão, por meio do Departamento Estadual de Infraestrutura e Transporte – DEINT, para a pavimentação de vias urbanas. Esgotadas as diligências com a demonstração de que a própria Municipalidade ingressou com Ação Civil Pública por ato de improbidade administrativa em desfavor do ex-gestor, tendo por objeto o convênio em tela. Ademais, o Promotor de Justiça requisitou a instauração de Inquérito Policial para apurar possível prática do crime de apropriação, desvio ou aplicação indevida de rendas públicas (art. 1º, I e II, do Decreto-lei nº. 201/1967). Portanto, remanescendo esvaziadas as demais pretensões objeto do feito, seja pela instauração de investigação mais ampla ou pela adoção de providência jurisdicional, exsurge o convencimento da perda superveniente de interesse procedimental. Voto pela homologação do arquivamento.

20. Proc. nº 001738-269/2017

Origem: 1ª PJ de Porto Franco

Interessado(a): Ana Cláudia Cruz dos Anjos

Objeto: Acompanhar e fiscalizar o convênio 019/2012/DEINT celebrado entre o Estado do Maranhão e o município de Campestre

Assunto: Arquivamento do PP nº 0034/2013

Decisão: Homologado arquivamento, por unanimidade.

Ementa: Procedimento preparatório. Lei nº 8.429/92. Convênio entre o Estado do Maranhão, por meio do Departamento Estadual de Infraestrutura e Transporte – DEINT e a prefeitura municipal de Campestre, tendo como objeto a execução dos serviços de pavimentação de vias urbanas. Após a realização de diligências, constatou-se que o objeto do convênio foi executado. Ausência de justa causa à propositura de ACP. Voto pela homologação da promoção de arquivamento.

21. Proc. nº 019396-500/2014

Origem: 31ª PJE na Defesa do Patrimônio Público e da Probidade Administrativa

Interessado(a): Sidneya M. M. Nazareth Liberato

Objeto: Apurar possível omissão de agente público o ICRIM, consistente na demora injustificada para entrega de laudo solicitado pela SEIC.

Assunto: Arquivamento do PP nº 17/2017

Decisão: Homologado arquivamento, por unanimidade.

Ementa: Inquérito civil. Instauração visando apurar suposto ato de improbidade.

Promoção de arquivamento. Ausência de prova da prática de ato ímprobo.

Inexistência de subsídios para o manejo de ação civil pública, com fulcro no art. 11, da lei nº. 8429/92. Voto pela homologação da promoção de arquivamento.

PROCESSOS EXTRA-PAUTA

22. Proc. nº 029978-500/2017

Origem: PJ de São João dos Patos

Interessado(a): Renato Ighor Vitorino Aragão

Objeto: Apurar a irregularidade na prestação de serviços de telefonia móvel pela empresa Tim

Assunto: Arquivamento do IC nº 39/2017

Decisão: Homologado arquivamento, por unanimidade.

Ementa: Inquérito civil instaurado com o escopo de apurar a irregularidade na prestação do serviço de telefonia móvel na cidade de São João dos Patos pela empresa TIM Celular S/A. Existência de ação civil pública ajuizada pela Ministério Público do Estado do Maranhão para regularização do serviço em todo o Estado. Identidade da causa de pedir e dos pedidos. Ação civil pública julgada procedente

com efeitos em todo território estadual. Desnecessidade de continuidade do procedimento apuratório. Homologação da promoção de arquivamento.

23. Proc. nº 030492-500/2017

Origem: PJ de São João dos Patos

Interessado(a): Renato Ighor Vitorino Aragão

Objeto: Apurar possível existência de irregularidade na condução do poder familiar de adolescente

Assunto: Arquivamento do IC nº 38/2017

Decisão: Homologado arquivamento, por unanimidade.

Ementa: Inquérito civil. Instauração visando apurar existência de irregularidade na condução do poder familiar de adolescente. Promoção de arquivamento. Adolescente que atingiu maioria civil. Voto pela homologação da promoção de arquivamento.

24. Proc. nº 001804-254/2015

Origem: 1ª PJ de Caxias

Interessado(a): Francisco de Assis da Silva Junior

Objeto: Apurar fato que poderá autorizar a tutela dos interesses a cargo do Ministério Público

Assunto: Arquivamento do IC nº 006/2014

Decisão: Homologado arquivamento, por unanimidade.

Ementa: Inquérito civil. Instauração visando apurar suposto acordo de favorecimento pessoal entre o ex-prefeito e vereadores do município de Aldeias Altas. Promessa de cessão de casas populares aos vereadores da base. Promoção de arquivamento. Ausência de prova dos fatos. Inexistência de subsídios para o manejo de ação civil pública. Voto pela homologação da promoção de arquivamento.

25. Proc. nº 000259-025/2017

Origem: PJ de Cedral

Interessado(a): Francisco de Assis Silva Filho (respondendo)

Objeto: Apurar a existência de guarda municipal no município

Assunto: Arquivamento do IC nº 003/2017

Decisão: Homologado arquivamento, por unanimidade.

Ementa: Inquérito civil. Instaurado de ofício para apurar a existência de guarda municipal no município de Cedral ou Projeto de Lei que verse acerca de sua criação. Verificou-se a existência de indicação da Câmara de Vereadores da localidade sobre o tema. Informação prestada pelo ente municipal dando conta de que gastos com pessoal no município encontram-se nos limites estipulados pela lei de responsabilidade fiscal, por isso não haveria viabilidade para tal proposição, contudo, tão logo saneadas as questões limitantes, informou que o projeto de lei será devidamente encaminhado. Necessário frisar que os municípios não têm a obrigação de ter guardas municipais, uma vez que tanto o artigo 144, §8º, da constituição como o artigo 6º do estatuto geral (lei federal nº. 13.022/2014) dispõem sobre o caráter facultativo da criação dessas organizações. Ausência de justa causa para continuidade do presente inquérito civil. Voto pela homologação do arquivamento.

26. Proc. nº 030790-500/2017

Origem: PJ de São Bento

Interessado(a): Celso Antônio Fernandes Coutinho

Objeto: Apurar a irregularidade na aplicação de verbas do FUNDEB

Assunto: Arquivamento do IC nº 07/2015

Decisão: Homologado arquivamento, por unanimidade.

Ementa: Instauração de inquérito para apuração de irregularidades na aplicação de verbas do FUNDEB. Inquérito civil pretérito com mesmo objeto. Desnecessidade de

continuidade de outras providências nestes autos. Homologação da promoção de arquivamento

27. Proc. nº 032313-500/2017

Origem: PJ de Igarapé Grande

Interessado(a): João Viana dos Passo Neto

Objeto: Apurar a prestação de serviços de transporte escolar no município de Bernardo do Mearim

Assunto: Arquivamento do IC nº 03/2015

Decisão: Homologado arquivamento, por unanimidade.

Ementa: Inquérito civil. Instauração visando apurar a prestação de serviço de transporte escolar no município de Bernardo do Mearim. Promoção de arquivamento. Inexistência de elementos que comprovem irregularidade na prestação do serviço.

Voto pela homologação da promoção de arquivamento.

CONSELHEIRO: Carlos Jorge Avelar Silva

28. Proc. nº 9303AD/2015

Origem: Corregedoria Geral do Ministério Público

Assunto: Relatório Conclusivo de Vitaliciamento

Promotor de Justiça: Elano Aragão Pereira

Decisão: Homologado, por unanimidade, o vitaliciamento na carreira do Ministério Público do Promotor de Justiça Elano Aragão Pereira.

29. Proc. nº 9297AD/2015

Origem: Corregedoria Geral do Ministério Público

Assunto: Relatório Conclusivo de Vitaliciamento

Promotor de Justiça: Lindomar Luiz Della Libera

Decisão: Homologado, por unanimidade, o vitaliciamento na carreira do Ministério Público do Promotor de Justiça Lindomar Luiz Della Libera.

30. Proc. nº 030008-500/2017

Origem: PJ de São João dos Patos

Interessado(a): Renato Ighor Vitorino Aragão

Objeto: Apurar a irregularidade aos direitos da criança e adolescente de menor

Assunto: Arquivamento do IC nº 21/2017

Decisão: Homologado arquivamento, por unanimidade.

Ementa: Inquérito civil. Apurar irregularidade aos direitos da criança e adolescente da menor G.R.A Situação superada. Desnecessidade de intervenção do Ministério Público. Homologação da promoção de arquivamento. Inteligência do art. 10 da resolução nº. 023/2007-cnmp c/c art. 17 da resolução nº. 02/2004-cmpm.

31. Proc. nº 030508-500/2017 (3 v)

Origem: PJ de São João dos Patos

Interessado(a): Renato Ighor Vitorino Aragão

Objeto: Apurar aplicações de recursos públicos por parte do ex-gestor quando da realização do evento "carnaval 2012"

Assunto: Arquivamento do IC nº 28/2016

Decisão: Homologado arquivamento, por unanimidade.

Ementa: Inquérito civil. Direito administrativo. Convênio nº 031/2012, celebrado entre a Secretaria de Estado da Cultura - SECMA e prefeitura municipal de São João dos Patos. Após a realização de diligências, constatou-se a regularidade do convênio. Prestação de contas regular. Ausência de justa causa à propositura de ACP. Arquivamento homologado, nos termos do art. 9º, § 1º da lei 7.347/85.

Corregedoria

- 32. Relatório Conclusivo de Inspeção Extraordinária – Portaria Reservada nº 18/2017**
CGMP, de 21/07/2017
Origem: Corregedoria Geral do Ministério Público
Interessado(a): Promotoria de Justiça de Carutapera
Assunto: Para conhecimento e análise do Conselho Superior
Decisão: Trazido pela corregedoria para conhecimento do Conselho Superior.

ADITIVO

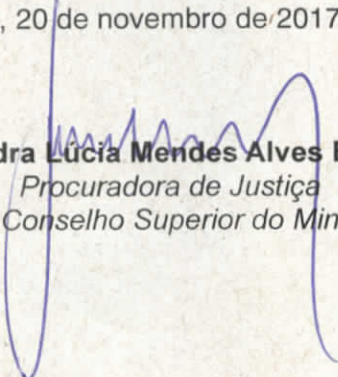
- 33. Processo Digidoc nº 16124/2017**
Origem: Corregedoria Geral do Ministério Público
Objeto: Pedido de impugnação de vitaliciamento
Decisão: Decidido, pela abertura de processo de impugnação de vitaliciamento.

RESUMO DA SESSÃO

Processos Apreciados: 114

Arquivamento Homologado: 22
Diligências: 01
Prorrogações de prazo: 56
Comunicação prorrogação de prazo: 10
Relatório Trimestral: 05
Acompanhamento de Estágio: 02
Acompanhamento de Mestrado: 02
Vitaliciamento: 07
Impugnação de Vitalicimento: 01
Remoção Permuta: 01
Editais de Remoção: 06
Inspeção extraordinária: 01

São Luís, 20 de novembro de 2017.


Sandra Lúcia Mendes Alves Elouf
Procuradora de Justiça
Secretária do Conselho Superior do Ministério Público